

Clipping n° 821

, 30 Junho 2011 - 10:48:31

ECONOMIA I O número de empresas comerciais estabelecidas no Brasil, estimado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), subiu 4,6% de 2008 para 2009, passando de 1,402 milhão de empresas formais para 1,466 milhão. Essas empresas tinham 1,57 milhão de unidades locais com receita de revenda, que podem ser chamadas de filiais, e geraram receita operacional líquida no valor de R\$ 1,6 trilhão. Os dados são da Pesquisa Anual do Comércio (PAC) 2009, divulgada nesta terça-feira (29) pelo instituto.

ECONOMIA II Embora o percentual de crescimento tenha sido menor do que o registrado em 2008 em relação a 2007 (+7,83%), a expansão observada foi estimulada pela demanda interna, explicou à Agência Brasil o pesquisador do IBGE, Luiz Andrés Paixão. Para ele, a crise financeira internacional, que atingiu seu auge em 2009, não afetou tanto o Brasil quanto as economias norte-americana e europeia.

ECONOMIA III Vendas de combustíveis e produtos alimentícios, bebidas e fumo são os setores que se destacaram em 2009 no comércio atacado. No comércio varejista, o setor de combustíveis e lubrificantes também tem forte presença, acompanhado de hipermercados e supermercados. Isso mostra a importância que os combustíveis têm na economia. É uma atividade muito importante para o comércio. Fonte: Agência Brasil

Fiesp admite aviso prévio de até 2 meses

O presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de SP), Paulo Skaf, disse ontem que aceitará o aumento do aviso prévio proporcionalmente ao tempo de serviço para o máximo de dois meses -um a mais do que o previsto na atual legislação.

O tema está em exame no STF (Supremo Tribunal Federal). Até agora, lideranças empresariais têm defendido a manutenção dos 30 dias previstos em lei, admitindo aumento só a partir de negociações entre as partes.

"Hoje, o Brasil está na média mundial, com um aviso prévio de 30 dias. O máximo aplicado no mundo é de dois meses.

Então, se o STF definir até esse limite, tudo bem. Mais do que isso poderá criar um problema para empresas e trabalhadores", disse Skaf.

Ele destacou que o aviso prévio não é verba indenizatória: é um custo pago pela empresa que demite um trabalhador sem justa causa, mas também é exigido do trabalhador que pede o desligamento da empresa.

Mesmo admitindo nova regra, ele criticou a decisão do Supremo de colocar o tema na pauta agora. "Não é o momento mais apropriado."

As indústrias negociam com o governo o fim da alíquota de 20% recolhida ao INSS. Essa é a principal proposta para a desoneração da folha de pagamento.

A Fiesp acredita que a solução mais adequada seria criar o seguinte critério: aviso prévio de 30 dias para quem tem até 10 anos de empresa; 45 dias para trabalhadores com registro entre 10 e 15 anos; e 60 dias para quem é contratado entre 15 e 20

anos.

VARIEDADE

As regras de compensação para funcionários demitidos variam muito de um país para outro.

Nos EUA, não há lei que obrigue as empresas a pagar nada similar ao aviso prévio brasileiro. Mas entre 70% e 80% das companhias oferecem benefício parecido, de acordo com Aloísio Buoro, professor de gestão e administração do Insper.

"Estudos recentes, no entanto, indicam uma redução desses programas em razão do ambiente econômico mais difícil no país", diz Buoro.

Em geral, paga-se o referente a duas semanas de trabalho a quem permaneceu na empresa por pelo menos 12 meses.

A partir daí, o cálculo leva em conta não só o tempo de serviço mas o cargo do funcionário. Gerentes chegam a receber o equivalente a 26 semanas em caso de demissão (seis meses), e executivos em postos mais altos, até 52 semanas (12 meses).

Na França, a compensação dos demitidos varia segundo o modelo de contratação, de acordo com o levantamento do Insper.

Se o contrato for por tempo indeterminado, há pagamento de 10% do salário por ano trabalhado. Se for por tempo determinado (com máximo de 18 meses), há pagamento de 6% do salário pelo período trabalhado.

"No Brasil, é preciso estabelecer a regra do aviso prévio proporcional porque isso está previsto na Constituição e nunca foi feito", diz José Pastore, professor de relações do trabalho da USP.

"Mas a regra vai apontar o mínimo; a partir disso, as negociações coletivas irão em busca do teto." Fonte: Jornal Estado de São Paulo

Mais de 40% dos brasileiros estão dispostos a trabalhar fora do país

SÃO PAULO - Um total de 41% dos profissionais brasileiros está disposto a procurar emprego fora do país, segundo revela pesquisa realizada pela GfK, empresa especializada em pesquisa de mercado.

De acordo com o estudo, o percentual é maior do que o apurado globalmente, com 27% da força de trabalho pronta para cruzar a fronteira em busca de melhores oportunidades de carreira. A América Central e a do Sul serão as regiões mais atingidas, ou seja, os países destas localidades são os que mais vão enviar mão de obra para as nações em retomada de crescimento, sendo 57% os trabalhadores do México, 52% da Colômbia e 38% do Peru.

Para a diretora da Unidade de Satisfação e Lealdade da GfK Brasil, Daniela Salles, os números apontam para um risco de fuga de inteligência no próximo ano, o que pode representar problemas significativos para as empresas e para os países que estão tentando sair da crise.

Tanto profissionais de cargos mais operacionais quanto os diretores de empresas têm se mostrado dispostos a procurar emprego fora do país. E o número aumenta entre os que têm nível de escolaridade mais elevado (&). Por isso, as empresas devem procurar recrutar, engajar e reter o seu melhor quadro de pessoal para competir, não apenas com empresas rivais em seu próprio mercado, mas ao redor do mundo, diz Daniela.

Mudança de emprego

O estudo da GfK mostra ainda que um em cada quatro trabalhadores no mundo tem a pretensão de deixar o emprego em um período de 12 meses, sendo que 35% estão ativamente procurando por um novo trabalho e 18% querem mudar de emprego nos próximos seis meses. Apenas 8% dos trabalhadores dizem que irão esperar a economia se estabilizar.

No Brasil, os números são menos alarmantes, com 15% dos trabalhadores procurando ativamente outro trabalho e 5% que pretendem mudar em um horizonte de seis meses. Fonte: Infomoney

Jorge Caetano Fermينو